

## MUDANÇA NO INVENTÁRIO DOS CONECTIVOS CONCESSIVOS - O CASO DAS PARTÍCULAS *QUANDO* E *E*

por Ivo da Costa do Rosário (UFF)<sup>1</sup>

### RESUMO

Este artigo apresenta uma investigação sobre as partículas *quando* e *e*, analisadas como possíveis inovações na lista dos conectivos responsáveis pela expressão da concessividade. Para isso, utilizamos os pressupostos teórico-metodológicos da Linguística Funcional Centrada no Uso. A análise tem por base amostras de língua escrita, coletadas a partir dos 1275 discursos políticos selecionados do *site* oficial da ALERJ, no ano de 2009.

**PALAVRAS-CHAVE:** concessividade – construções – hipotaxe – conectivos.

### 1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O artigo que ora apresentamos é um recorte de minha tese de doutorado, defendida na Universidade Federal do Rio de Janeiro, em 2012. O objetivo da pesquisa, em termos gerais, consistia na análise da expressão da concessividade<sup>2</sup> em língua portuguesa (cf. Rosário, 2012).

A noção de concessividade apresenta-se como um assunto ainda muito latente, principalmente no bojo das pesquisas que lidam com as teorias discursivas. Aliás, para sermos mais precisos, de acordo com Salgado (2006, p. 1), “a concessão vem sendo estudada desde a Antiguidade”.

Por outro lado, suspeitamos que esse assunto ainda careça de um estudo em profundidade em língua portuguesa, por alguns motivos. Em primeiro lugar, esse é um processo argumentativo por excelência, utilizado por todos (cf. Gouvêa, 2002, p. 10). Esse argumento já ensejaria a necessidade de estudos cada vez mais aprofundados sobre a temática apresentada. Em segundo lugar, as abordagens já realizadas sobre o tema repousam mormente em linhas teóricas e em procedimentos analíticos distintos dos utilizados neste artigo. Por fim, não há muitos estudos que se debruçam sobre as inovações no quadro dos conectivos, especialmente os menos prototípicos, como o *quando* e o *e*, cuja análise se fará neste artigo.

1. Professor Adjunto de Língua Portuguesa do Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas da Universidade Federal Fluminense. É Doutor em Letras pela mesma universidade e doutor em Letras Vernáculas pela Universidade Federal do Rio de Janeiro.

2. Consideramos concessividade como um conceito mais amplo que concessão. Concessividade faz referência a todas as possibilidades de expressão do valor concessivo, tanto em construções canônicas quanto não-canônicas.

A pesquisa que empreendemos é essencialmente de base sincrônica, com tratamento de dados predominantemente qualitativo. Neste artigo, pretendemos apresentar o fruto de nossa investigação com relação a uma questão bastante específica: o conectivo *quando*, essencialmente temporal, e o conectivo *e*, marcadamente aditivo, já podem ser agasalhados no inventário dos conectivos concessivos?

A hipótese central que norteia este trabalho é que as construções concessivas, por serem pouco gramaticalizadas, ainda estão em processo de mudança e de estabilização no sistema linguístico. Por conta dessa instabilidade, suas propriedades semântico-pragmáticas, bem como funcionais, ainda estariam se delineando na estrutura da língua portuguesa. Nesse sentido, o surgimento de novos itens gramaticais é algo natural.

A partir dessa premissa, primeiramente, aprofundaremos um pouco mais o conceito de concessão. Em um segundo momento, cotejaremos a noção de concessividade com as de adição e temporalidade, que são respectivamente os matizes semânticos centrais do *e* e do *quando*. Em seguida, abordaremos os pressupostos teórico-metodológicos que balizam essa pesquisa. Por fim, apresentaremos o foco de nosso trabalho: a análise dos conectivos *e* e *quando*, propriamente ditos, como possíveis veiculadores do sentido concessivo.

## 2. CONCEITO DE CONCESSÃO

De uma forma geral, a definição ou caracterização do que se entende por *concessão*, nas obras pesquisadas, advém dos capítulos destinados à tipologia oracional no âmbito da subordinação adverbial e das conjunções subordinativas. Vejamos o que cada autor pesquisado fala sobre a noção de concessão:

ORAÇÕES CONCESSIVAS	
Luft (2000, p. 60)	Indicam concessão.
Torres (1973, p. 137)	Exprimem concessão.
Cunha; Cintra (2001, p. 605)	A conjunção é subordinativa concessiva.
Almeida (2004, p. 357)	São as que ligam indicando <i>concessão</i> . Suponhamos que alguém nos diga: “ <i>Embora vá de avião, você não alcançará o vapor</i> ”. – A pessoa que assim nos diz <i>concede-nos</i> a possibilidade de tomar um avião, para dizer que, mesmo com essa concessão, não conseguiríamos alcançar o vapor.
Rocha Lima (1999, p. 276)	A oração concessiva expressa um fato – real, ou suposto – que poderia opor-se à realização de outro fato principal, porém não frustrará o cumprimento deste.

Bechara (1999, p. 327)	Quando iniciam oração que exprime que um obstáculo – real ou suposto – não impedirá ou modificará a declaração da oração principal.
Kury (2003, p. 92)	Equivalem a um adjunto adverbial de concessão; indicam ‘que um obstáculo – real ou suposto – não impedirá ou modificará, de modo algum, a declaração da oração principal’ (Bechara).
Lima (1937, p. 223)	Exprimem um sentido que, embora contrário ao da oração precedente, não impede a realização deste.
Freitas (1960, p. 52)	As (conjunções) concessivas indicam que um determinado fato se realizará ainda que aconteça um outro que lhe é contrário.
Said Ali (1966, p. 138)	A oração CONCESSIVA exprime um fato que, podendo determinar ou contrariar a realização de outro fato principal, deixa entretanto de produzir o esperado ou possível efeito.
Ribeiro ([1890], p. 358)	<i>Concessivas</i> dizem-se as conjunções que exprimem uma ideia de concessão, que é contida numa proposição que se ajunta a outra de carácter adversativo, que traz claras ou subentendidas algumas das conjunções <i>comtudo, todavia, não obstante, apesar disso</i> , que se contrapõem às <i>concessivas</i> .
Mateus et al. (2003, p. 718)	As orações concessivas exprimem um conteúdo semântico que contrasta com aquilo que, dado o nosso conhecimento do mundo, se esperaria a partir do conteúdo semântico da proposição com a qual se combina.
Neves (2000, p. 865)	As construções <b>concessivas</b> têm sido enquadradas, juntamente com as <b>adversativas</b> , entre as conexões <b>contrastivas</b> , cujo significado básico é ‘contrário à expectativa’, um significado que se origina não apenas do conteúdo do que está sendo dito, mas, ainda, do processo comunicativo e da relação falante-ouvinte. Em muitos dos enunciados concessivos pode-se tornar evidente essa noção fazendo-se uma comparação com enunciados adversativos paralelos: Embora fosse sempre um homem silencioso, o seu silêncio, agora, era mais denso e triste.

**Quadro 1: Conceitos de oração concessiva, segundo teóricos de língua portuguesa**

Uma rápida análise do quadro 1 já revela quão diferentes são as abordagens dadas ao tópico *concessão*. Por exemplo, Luft (2000), Torres (1973), Almeida (2004) e Cunha e Cintra (2001) restringem-se a definir orações concessivas como aquelas que exprimem concessão ou possuem conjunção subordinativa concessiva. Percebe-se com facilidade que essas definições são circulares e, portanto, não fornecem subsídios teóricos suficientes para a caracterização dessas estruturas.

Rocha Lima (1999), Bechara (1999), Kury (2003), Lima (1937), Freitas (1960) e Said Ali (1966) afinam-se substancialmente e traçam uma caracterização de viés pragmático-semântico, que define a concessão como um obstáculo ou fato, de caráter real ou suposto<sup>3</sup>, que não impede ou modifica a declaração da chamada oração principal.

Ribeiro ([1890]), que representa uma linha de estudos descritivos mais antiga, bastante influente no século XIX, diverge dos autores citados e associa o conceito de *concessão* ao de adversatividade. Segundo o autor, nas proposições concessivas, haveria a presença clara ou subentendida de uma declaração adversativa. Devemos asseverar que essa observação do autor é bastante pertinente, haja vista a forte ligação existente entre construções adversativas e construções concessivas.

Mateus et al (2003) e Neves (2000), por fim, apresentam dados inovadores para a caracterização dessas construções. São descrições mais atualizadas da nossa língua, em suas variedades lusitana e brasileira. Para Mateus et al. (2003), as construções concessivas são definidas tendo em vista o conhecimento de mundo dos falantes. Para Neves (2000), de forma semelhante a Ribeiro [1890], concessivas e adversativas devem ser analisadas sob um mesmo bojo: o das relações contrastivas. Além disso, para o estudo das concessivas, é necessária a análise da relação falante-ouvinte e do processo comunicativo, o que nos qualifica a encontrar fortes semelhanças entre sua definição e a de Mateus et al. (2003), como já apontamos.

Diversos outros autores fortemente influentes em nossos estudos do vernáculo optaram por não definir as orações concessivas, como Henriques (2003, p. 123), Ribeiro (2004, p. 318) e Melo (1978, p. 151), que se restringem a oferecer apenas alguns exemplos que ilustram o uso de conjunções concessivas mais prototípicas como *embora* e *ainda que*.

Assim, no âmbito da literatura linguística de língua portuguesa, podemos afirmar que há diferentes definições para *concessão*. Vale ressaltar, contudo, que, apesar haver muitas divergências entre os autores, não há forte contradição entre eles. De certa forma, podemos asseverar que os teóricos buscam diferentes vieses para o mesmo tópico: alguns privilegiam aspectos sintáticos, outros preferem abordar aspectos semânticos e pragmáticos. Outra convergência que pode ser apontada entre os estudiosos é o silêncio quanto à possibilidade de o *quando* e o *e* veicularem as noções de concessividade. Via de regra, esses conectivos são respectivamente associados às subordinadas adverbiais temporais e às coordenadas sindéticas aditivas, como já era de se supor naturalmente.

Salgado (2007, p. 27) sintetiza as características das concessivas, a partir das contribuições da tradição gramatical. Para a autora, a concessão:

- a) antecipa uma quebra de expectativa;
- b) é caracterizada pelo uso das conjunções subordinativas concessivas;
- c) aparece com verbos no modo subjuntivo;
- d) permite a inversão de orações;
- e) permite a forma de reduzidas de infinitivo, particípio e gerúndio.

---

3. Marín e Martínez (2001, p. 253) também afirmam o mesmo ao asseverar que o modo indicativo proporciona o valor de obstáculo real; já o modo subjuntivo, expressaria um impedimento hipotético.

Assim, a partir das definições apresentadas pelos vários autores analisados, podemos concluir que a tarefa de traçar um conceito para *concessão* não é simples; contudo, como esse é o nosso objeto de estudo, achamos por bem cunhar um conceito de *construção concessiva* de caráter o mais prático e funcional possíveis. Dessa forma, assim a definimos:

***Construção concessiva - estrutura contrastiva em que se combinam uma base e uma cláusula concessiva (ou sintagma concessivo), a qual expressa um fato real ou suposto que não impede ou modifica a realização do fato principal. Assim, esse fato presente no segmento concessivo seria oposto à realização da informação da base, mas inoperante.***

Em linhas gerais, portanto, isso equivale a dizer que, em uma construção concessiva, o fato (ou noção) expresso no núcleo é asseverado, a despeito da proposição contida na cláusula concessiva. É, sem dúvida, uma construção bastante complexa do ponto de vista cognitivo e funcional. Por outro lado, é recorrente em diversas línguas do mundo. Cabe investigar, nesse artigo, se esse jogo argumentativo também pode ser instaurado pelas partículas *quando* e *e*, ou não.

### 3. CONCESSIVIDADE, ADIÇÃO E TEMPORALIDADE

As motivações para a possibilidade de os conectivos *quando* e *e* veicularem a noção de concessividade precisam ser buscadas nas possíveis relações entre esses matizes semânticos. Tratemos, portanto, desse tópico.

Como se sabe, a noção de adição está fortemente ligada ao processo de coordenação e é bastante básica. Dessa forma, a adição pode carrear uma série de outros significados que podem se adjungir a esse sentido mais primário de aproximação.

Segundo palavras de Alárcon (2003, p. 1), com base em uma pesquisa com advérbios espanhóis, na partícula *e*, haveria, na verdade, uma categoria central (adição) e extensões não-centrais possíveis (adversatividade, concessividade etc.), todas ligadas ao sentido mais prototípico, em relações radiais. A ocorrência do *e* com sentido concessivo seria propiciada pelos casos em que não é possível reversibilidade dos termos coordenados.

García (2004a, p. 3814) também explora essa questão. Segundo o autor, a interpretação contrastiva emergiria em algumas situações pelo fato de haver o desencadeamento de um processo inferencial produzido pelo contexto linguístico e situacional, que supriria as funções habitualmente exercidas pelas conjunções. Vejamos o exemplo a seguir:

(01) Pedro não tinha muita cultura *e* passou no concurso.

O exemplo anterior poderia ser parafraseado sem grande prejuízo de sentido por “*Embora* Pedro não tivesse muita cultura, passou no concurso” (interpretação concessiva) ou por “Pedro não tinha muita cultura, *mas* passou no concurso” (interpretação adversativa). Dessa forma, de fato, o conectivo *e* pode carrear o sentido de concessividade.

Vale a pena ressaltar que o sentido concessivo que surge a partir de construções formalmente classificadas como aditivas nem sempre se processa com facilidade. Vejamos o exemplo a seguir:

(02) Mora no Rio de Janeiro *e* é um bom cardiologista.

Difícilmente poderíamos parafrasear o exemplo anterior por uma construção concessiva, como “*Embora* more no Rio de Janeiro, é um bom cardiologista” ou “*Embora* seja um bom cardiologista, mora no Rio de Janeiro”. Esse tipo de inferência é pouco provável pelo fato de não haver a ideia de contraste de um modo evidente entre as orações, a não ser que hipoteticamente o Rio de Janeiro fosse conhecido como tendo maus cardiologistas. Assim, parece ficar claro que a noção semântica de concessividade não emerge exatamente da conjunção, mas da construção que a instancia, do contexto linguístico e extralinguístico em que é processada.

Outra condição favorável para a obtenção de uma interpretação concessiva a partir de orações formalmente classificadas como copulativas é a presença de uma oração afirmativa seguida de uma oração negativa:

(03) Maria toca piano estupendamente *e* não sabe uma nota de partitura.

A segunda parte do segmento, introduzido pela partícula *e*, constitui uma oração negativa, pela presença do advérbio *não*. O segmento negativo “não sabe uma nota de partitura” está em clara oposição ao primeiro segmento “Maria toca piano estupendamente”. Afinal, se Maria toca estupendamente, é de se esperar que saiba notas de partitura, segundo nosso conhecimento de mundo. No caso analisado, contudo, isso não se processa. Estamos, assim, diante de um contexto de contrastividade justamente por constatarmos a oposição de ideias entre a primeira oração e a segunda.

Constatamos, assim, que há fatores não só de ordem discursiva ou funcional, mas também de ordem morfosintática que podem colaborar para a emergência do sentido concessivo em conectivos aditivos. O mesmo argumento se aplica às relações estabelecidas entre tempo e concessividade.

Diversos autores, como Quirk et al. (1985, p. 1088), já apontaram as íntimas relações entre essas noções, que são muito próximas do ponto de vista semântico-funcional. Bechara (1954, p. 11) afirma que “a lógica popular não faz separação rigorosa entre o pensamento condicional, o temporal e o causal”, confundindo-os constantemente com a noção de concessão. Isso certamente ocorre devido ao fato de esses matizes semânticos apresentarem muitas semelhanças entre si. García (2004a, p. 3811), após uma longa e detida análise das relações concessivas, coteja-as com as relações temporais. Vejamos:

[...] A esse respeito, vem-se observando que a maioria das categorias que se utilizam para a classificação das orações adverbiais não são discretas, mas costumam apresentar-se nas línguas como um *continuum* ou **progressão semântica**. Trata-se, pois, de uma espécie de rede conceptual que, partindo da noção de temporalidade, se estende pelas de causalidade, condicionalidade e concessividade, ou seja, ora se assevera (causais), ora se hipotetiza (condicionais), ora se nega (concessivas) a relação implicativa que se estabelece entre os dois membros que constam. Neste *continuum* semântico, é possível apreciar zonas prototípicas de cada um dos ditos valores, mas também outras em que se superpõem. [...] É no extremo final desse *continuum* semântico que devemos situar, pois, as orações concessivas, as

quais, pela relação negativa implícita que se estabelece entre ambas as orações, representam para o falante uma maior complexidade de processamento cognitivo que as anteriores, o que explicaria também sua tardia aquisição e desenvolvimento histórico. [...] As construções concessivas [...] se têm alimentado ao longo da história de domínios nocionais como a temporalidade ou a condicionalidade.

Assim, temporalidade, causalidade, condicionalidade e concessividade se estenderiam em uma mesma rede conceptual, em que a noção de tempo seria a mais básica, mais primitiva, possibilitando, portanto, derivações de sentido. A concessividade é alocada de maneira adequada no final desse gradiente, justamente por ser uma noção mais complexa em termos cognitivos e por também ser mais tardia em termos de aquisição e trajetória histórica.

#### 4. PRESSUPOSTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS

A gramática de uma língua natural não pode ser considerada totalmente estática ou acabada. Ao mesmo tempo em que constatamos parâmetros mais rígidos, também encontramos tantos outros diversos totalmente fluidos e maleáveis. Assim, coexistem aspectos estáticos com aspectos dinâmicos na estrutura das línguas.

Sendo assim, a gramática deve ser vista como o produto instável (gramática emergente, cf. Hopper, 1991) ou ainda como um sistema de regularidades decorrentes das pressões de uso, que estão ligadas a diversos interesses e necessidades comunicativas, cognitivas e pragmáticas.

Partimos da premissa de que novas construções gramaticais emergem para suprir novas necessidades discursivas e passam a suprir lacunas nos paradigmas gramaticais e no universo dos conceitos mais abstratos (cf. Heine; Kuteva, 2007, p. 17). Essas perquirições são agasalhadas no que modernamente chamamos *Linguística Funcional Centrada no Uso*, cuja linha central de trabalho consiste em valorizar as questões pragmático-discursivas, ou seja, o uso linguístico propriamente dito.

Uma das mais fortes asserções no bojo dos estudos da linguística funcional centrada no uso é justamente o processo de mudança que caracteriza a trajetória de diversas construções linguísticas. A esse processo de mudança, denominamos *gramaticalização*.

Há diversos pontos de vista concernentes à gramaticalização. Baseando-se em investigações mais modernas, Traugott (2008a, p. 2), que intersecciona princípios funcionalistas com princípios da gramática construcional, assim define gramaticalização: “*Mudança pela qual, em certos contextos linguísticos, os falantes usam partes de uma construção com uma função gramatical. Ao longo do tempo, a construção gramatical resultante pode continuar a receber novas funções gramaticais*”.

A gramaticalização, portanto, oferece uma explicação plausível que dá conta de como e por que as categorias gramaticais surgem e se desenvolvem ao longo do tempo. Sua principal motivação é a necessidade de a comunicação ser efetivamente efetuada. Para alcançar esse objetivo, uma estratégia humana altamente utilizada e comprovada cientificamente consiste na utilização de formas linguísticas concretas para a expressão de formas linguísticas mais abstratas e esquemáticas, menos facilmente acessíveis e cujos significados são menos claramente delineados.

Modernamente, há um movimento cada vez mais forte de se estudar a gramaticalização pelo prisma das construções (cf. Goldberg, 2003; Croft 2009), ou seja, há um deslocamento teórico e empírico que volta o olhar para segmentos mais amplos de análise.

A partir dessas premissas, reiteramos que nosso objetivo é apresentar uma investigação científica calcada em situações reais de uso. Para essa pesquisa, selecionamos discursos proferidos por deputados na ALERJ – Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro. Tais discursos consistem em apreciações dos diversos projetos de lei bem como sugestões de homenagens a personalidades que se destacam por algum motivo relevante.

As relações de concessividade apresentam-se mormente no discurso formal, como uma importante estratégia retórica direcionada à argumentatividade, já que em discursos mais informais transparecem com mais força as relações adversativas. Essa foi a motivação principal para a escolha desse *corpus*.

Desde já, em fidelidade aos pressupostos teóricos assumidos neste estudo, entendemos o discurso formal e o discurso informal como pólos de um *continuum* e não como dois pontos estanques, com características bem definidas e inequívocas. De fato, em meio aos discursos analisados, encontramos diversos trechos em que o nível de formalidade não foi observado, principalmente quando se efetivavam debates mais acalorados sobre temas complexos. Porém, como já afirmamos, não consideramos tais fatos como problemas para a nossa análise; ao contrário, isso só revela o caráter dinâmico das línguas naturais.

Sabemos que muitos discursos políticos são preparados previamente na modalidade escrita e são apenas proferidos oralmente. Por outro lado, há diversas outras situações em que os deputados utilizam o *improvisado* como estratégia retórica. É justamente nessas situações em que constatamos um maior número de sequências mais afeitas à informalidade. Essa constatação reforça a necessidade de rompermos definitivamente com a ideia dicotomizadora de fala e escrita como pólos estanques de produção linguística.

Nossa fonte de pesquisa consta no *site* eletrônico <http://www.alerj.rj.gov.br>, que apresenta os discursos políticos dos deputados da ALERJ, desde 2007 aos dias atuais. Os anos, por sua vez, estão subdivididos em meses. Cada mês apresenta um número bastante variável de discursos, a depender da pauta do dia e das normas internas da Casa.

Para esta pesquisa, selecionamos 1275 discursos de diferentes extensões, de 02 de fevereiro de 2009 a 29 de outubro do mesmo ano. A amostra recortada para nossa análise representa, assim, um conjunto de textos de base sincrônica, que espelha os usos contemporâneos de nossa língua portuguesa, no interior do gênero textual selecionado.

Adotamos uma análise sob uma perspectiva de construções e não de itens, visto que o processo de gramaticalização, segundo a orientação teórica adotada em nosso estudo, ocorre no contexto de construções em particular. Afinal, é a construção com itens lexicais/gramaticais particulares que se gramaticaliza, e não o item isolado.



## 5. CONECTIVOS CONCESSIVOS

Não foi surpreendente o fato de encontrarmos tão diversas listas de conectivos concessivos nas obras pesquisadas. Essa constatação ajudou a revelar ainda mais o aspecto dinâmico da língua, que está sempre em construção, sempre se renovando.

Lima-Hernandes (2004, p. 184) afirma que concorda “quanto a não ser a conjunção um elemento imprescindível para o estabelecimento da combinação de orações numa sentença complexa”. Por outro lado, a autora admite que “a escolha do tipo do conectivo para expressar determinada relação pode ser crucial na gramaticalização da noção que carrega”. Daí, a importância desse tópico.

Por meio de uma pesquisa bibliográfica, encontramos em 21 obras gramaticais a ocorrência de 53 diferentes conectivos concessivos, além de um desconcertante *etc.* Certamente a identificação de tantos conectivos concessivos é importante, visto que somos impelidos a verificar em nossos dados se essa diversidade também se verifica ou não. Afinal, a função das gramáticas e de outras obras que se dedicam à descrição sincrônica da língua portuguesa deveria ser a de espelhar a realidade linguística e servir como modelo para os usuários da língua. Os conectivos mais comuns nas gramáticas foram os seguintes, em ordem decrescente de frequência: *ainda que, posto que, se bem que, embora, por mais... que, conquanto, mesmo que, por muito... que, apesar de que, por menos... que.* Assim, de acordo com essa pesquisa bibliográfica, o conectivo *ainda que* foi o mais citado. Outros conectivos, por sua vez, apresentam frequência bem mais reduzida (por exemplo, o conectivo *mesmo que*), o que poderia revelar um uso mais restrito, em função de sua baixa produtividade.

No *corpus* de nossa pesquisa empírica, encontramos 548 ocorrências de construções concessivas, em um universo de 1275 discursos analisados, de extensões diferentes. Das 548 construções concessivas localizadas, 483 são introduzidas por conectivos e 65 são não-conectivas.

As 483 construções conectivas estão na forma ou desenvolvida ou reduzida. Curiosamente, não encontramos um único caso de concessiva reduzida sem a presença de qualquer partícula conectiva. As frequências de ocorrência e de tipo de cada conectivo estão descritas na tabela a seguir, em ordem decrescente:

Conectivo	Nº de ocorrências	% <sup>4</sup>
<i>Mesmo (e variações)</i>	179	37,06%
<i>Apesar de</i>	101	20,91%
<i>Embora</i>	69	14,28%
<i>Mesmo que</i>	39	8,07%
<i>Ainda que</i>	31	6,41%
<i>Quando</i>	28	5,79%
<i>Em que pese</i>	17	3,51%
<i>Não obstante</i>	12	2,48%
<i>E</i>	6	1,24%
<i>Se bem que</i>	1	0,02%
<b>TOTAL</b>	<b>483</b>	<b>100%</b>

Tabela 1: Frequências de ocorrência e de tipo de conectivos concessivos

4. Apesar de apontarmos um somatório de 100% na tabela referente à totalidade dos dados, esse dado não é exato, visto que a porcentagem referente a cada linha da tabela representa, muitas vezes, dízimas periódicas que são simplificadas com índices que levam em conta apenas os centésimos.

Tomando como referência os dados de nosso estudo, verificamos uma considerável quantidade de formas diversificadas para a expressão da concessividade. Afinal, as construções concessivas conectivas, que somam 483 ocorrências, são manifestadas por meio de 10 diferentes modos de expressão. Nesse grupo, é necessário destacar a grande frequência de ocorrência de *mesmo* (37,06%) e *apesar de* (20,91%), que juntos somam 57,97% de todas as ocorrências de conectivos concessivos, ou seja, 280 ocorrências.

O conectivo *mesmo* é o mais frequente na expressão da concessividade. Por outro lado, sequer é citado pelos gramáticos analisados, muito provavelmente porque lhe é negado o estatuto de conjunção. Muitos o consideram apenas como advérbio.

Essa constatação contraria a declaração de diversos estudiosos, inclusive Castilho (2010, p. 379), para quem “de um ponto de vista quantitativo, a construção concessiva *embora* + subjuntivo é de longe a mais frequente”. Como vemos, essa afirmação precisa ser relativizada, pelo menos tendo em vista os dados de nossa pesquisa, que está calcada no discurso político dos deputados da ALERJ.

Entre os gramáticos, ninguém apontou o conectivo *e* como possível veiculador da noção de concessividade. Além disso, apenas Almeida (2004) considera o *quando* como conectivo passível de expressar essa noção semântica. Por outro lado, podemos verificar que é possível que o espectro de conectivos concessivos esteja sendo ampliado gradativamente na contemporaneidade, haja vista os dados constantes em nosso *corpus*.

Esse fenômeno é abordado por Heine e Kuteva (2007, p. 17) como algo bastante normal em todas as línguas do mundo, visto que a emergência e o desenvolvimento das línguas humanas é, em grande parte, o resultado de uma estratégia pela qual itens já disponíveis na língua são utilizados para novos propósitos. Essa estratégia estaria a serviço, portanto, de uma melhor conceptualização da experiência, em termos cognitivo-funcionais.

O inventário de conectores concessivos parece estar se ampliando, inclusive recrutando elementos em outros matizes prototipicamente mais básicos, como é o caso da adição (partícula *e*) e da temporalidade (partícula *quando*). De uma forma geral, portanto, constatamos um claro processo de *variabilidade paradigmática* (cf. Lehmann, 1988 *apud* Gonçalves et al., 2007, p. 71), segundo o qual a escolha entre os conectivos de um espectro torna-se mais livre e mais diversificada, segundo as intenções comunicativas dos falantes.

Givón (2002, p. 22) também se ocupou desse fenômeno ao afirmar que as línguas podem codificar um mesmo domínio funcional por meio de diversas estruturas diferentes, o que, também, de certa forma, é limitado por forças intrínsecas de economia linguística. Nesse aspecto, servimo-nos das contribuições de Goldberg (1995, p. 67-68), que propõe a existência de dois princípios aparentemente excludentes entre si: o *princípio do poder expressivo maximizado* e o *poder da economia maximizada*. O primeiro prevê que o inventário de construções de uma língua está sempre em expansão; o segundo, por sua vez, prevê que esse inventário também é, ao mesmo tempo, minimizado. É justamente esse equilíbrio de forças que dá forma ao sistema, conduzindo-o a um verdadeiro equilíbrio entre tradição e inovação.

Nos termos de Heine (2003, p. 579) e Heine e Kuteva (2007, p. 34), a *dessemanticização* ou *desbotamento semântico* estaria fazendo com que itens já bastante gramaticalizados como *e* e *quando*, em função de sua alta frequência, estivessem em franco processo de *extensão* ou *generalização contextual*, que implica justamente novos usos em outros contextos discursivos. Esses novos usos convencionalizam-se gradualmente, sendo reinterpretados em contextos específicos como mais abstratos.

Por esse motivo, defendemos que o termo mais correto para o fenômeno deveria ser *enriquecimento semântico* ou *abstratização*, e não desbotamento, visto que as formas não desbotam ou não se degeneram; ao contrário, ganham novos sentidos, novos matizes, novos usos (cf. Heine, 2003, p. 579). Assim, há um verdadeiro enriquecimento não só semântico como também pragmático.

O fenômeno da *extensão* ou da *expansão* ocorre, segundo Heine e Kuteva (2007, p. 35), por meio de três componentes: o *sociolinguístico*, o *textual-pragmático* e o *semântico*. O componente sociolinguístico prevê que a inovação ocorre primeiramente como um ato individual, em que alguém propõe um novo uso para um termo já existente na língua, que é subsequentemente adotado por outros falantes, sendo propagado ou difundido, com o passar do tempo, em toda comunidade linguística. O componente textual-pragmático prevê que o contexto usual do item amplia-se gradualmente para paradigmas de uso mais gerais. Por fim, o componente semântico faz com que o novo uso institucionalize-se, permitindo que o novo significado seja evocado em novos contextos.

Em uma perspectiva calcada na teoria dos protótipos, essa expansão expressa com vivacidade a natureza das categorias linguísticas, que são *fuzzy*, graduais, sem limites muito bem definidos. Esses limites movediços funcionam como motor para mudança, possibilitando que os itens linguísticos (como *e* e *quando*) funcionem em outras esferas, veiculando outros significados adjacentes.

Sendo a expressão da concessividade algo relativamente recente nas línguas ocidentais de uma forma geral (cf. Harris, 1985), é possível que novas *camadas* (cf. Hopper, 1991) ainda estejam surgindo, o que, obviamente, não apaga os matizes semânticos básicos das formas originárias. Em outras palavras, apesar de o *e* e o *quando* estarem possivelmente se gramaticalizando como conectivos concessivos, os matizes respectivos de adição e tempo não se apagam totalmente, apenas abstratizam-se.

Deve-se frisar que a possibilidade de uma interpretação concessiva para o *e* e para o *quando* não anula necessariamente o sentido original de adição e temporalidade que respectivamente esses termos carregam. Segundo Traugott (2008a, p. 21), significados antigos e novos podem persistir por um longo tempo, havendo a possibilidade de alguns matizes semânticos nunca virem a desaparecer.

Vejamos algumas ocorrências dos conectivos *quando* e *e*, os focos deste artigo:

- Conectivo *quando* – 28 ocorrências (5,79%)

( 04 ) Afinal de contas, o baile *funk* não podia acontecer porque tinha uma burocracia tão grande que criava dificuldade; e quando se fazia no morro alegava-se que o baile *funk* era a onda das drogas, **quando**, na realidade, isso não existe. – 1º/09/2009

No exemplo (04), temos dois pontos de vista acerca do baile funk: os detratores desses eventos, que os qualificam como uma “onda de drogas”, e os que defendem justamente o contrário. A definição de concessão proposta por Mateus et al. (2003, p. 718) compatibiliza-se perfeitamente com a situação descrita no exemplo (04). O segmento concessivo introduzido pela conjunção *quando* exprime um conteúdo semântico que contrasta com o conhecimento de mundo geral, ou melhor, com o senso comum de que o *funk* é sempre a expressão da violência. O contraste de ideias, nesta situação, perfaz a expressão da concessividade, que se emparelha também com o seu sentido original de temporalidade.

O valor concessivo de *quando* pode ser cotejado com o seu valor original de temporalidade a partir do próprio exemplo (04). Afinal, vejamos novamente um trecho desse exemplo: “e *quando* se fazia

no morro alegava-se que o baile *funk* era a onda das drogas, *quando*, na realidade, isso não existe”. A primeira ocorrência de *quando* aponta um uso temporal, visto que não há carga semântica subsidiária adjungida a esse conectivo. O mesmo já não pode ser afirmado com relação à segunda ocorrência do conectivo, que, pelos critérios adotados, pode ser considerado temporal-concessivo.

Castilho (2010, p. 345), ao explorar a questão da polifuncionalidade das conjunções, também constatou em sua gramática a possibilidade de a partícula *quando* carrear a noção semântica de concessividade. Para isso, o autor apresenta o seguinte exemplo: “Você fica teimando que é inocente, *quando* todo mundo te viu roubando discretamente a jaca”. Para o autor, esse seria tipicamente um exemplo de uso temporal-concessivo da partícula *quando*.

Na esteira dos autores funcionalistas, Neves (2010, p. 137-138) também é uma defensora dessa ideia:

Outras construções com *quando* permitem, ainda, uma leitura concessiva. [...] Como ocorre em geral nas construções concessivas, o evento da principal apresenta-se como contrário à expectativa criada pelo evento da temporal, e o efeito dialógico-argumentativo é o de oferecimento de objeção, como se vê nesta ocorrência: A imprensa é lucrativa, quando deveria ser apenas autossuficiente.

Neves (2010) traz um verdadeiro roteiro para reconhecermos o caráter concessivo da partícula *quando*. Cotejando o que defende a autora com o exemplo (04), verificamos que o evento nuclear (“o baile *funk* era a onda de drogas”) apresenta-se como contrário à expectativa criada pelo evento da temporal-concessiva (“*quando*, na realidade, isso não existe”). Decorre disso um efeito dialógico-argumentativo de objeção, visto que há duas posições claramente delineadas de forma antagônica.

Para aprofundarmos um pouco mais as razões que levaram o *quando* a assumir também valor concessivo, precisamos fazer uma incursão pela diacronia. Esse conectivo ocorre na língua portuguesa, desde o séc. XIII. De acordo com Barreto (1999), no latim, a forma *quando* já era empregada como advérbio interrogativo-indefinido ou conjunção subordinativa que oscilava de sentido, aparecendo com sentido temporal, em Plauto, e com sentido causal, em textos de Terêncio e Cícero. Em sua pesquisa, em um documento no séc. XVII, *quando* ocorre, uma única vez, com valor concessivo<sup>5</sup>.

Para Bechara (1954, p. 15), “as relações entre o pensamento concessivo e o temporal se estreitaram pelos contatos deste último com a ideia causal e a condicional”. As zonas de interseção entre esses matizes podem ter propiciado o deslizamento semântico do *quando*, originalmente temporal, para veicular também o sentido concessivo.

No português contemporâneo, o conectivo *quando* é de uso frequente na língua escrita e na língua falada, quer em Portugal quer no Brasil, com valor temporal. Esse é, sem dúvida, seu uso prototípico. Por outro lado, em muitos dos nossos dados, os usos flagrados podem ser considerados temporais-concessivos.

---

5. Bomfim (2009, p. 2), ao estudar a concessividade na retórica do Pe. Antônio Vieira, constatou a presença do “*quando concessivo*”, reforçado pela presença de *contudo*. Vejamos o exemplo: “E, quando contudo os ministros franceses insistam, com se lhes mostrar a impossibilidade tão notória em que estamos e com lhes dizermos que não nos queremos obrigar ao que depois não podemos cumprir, parece que é toda a satisfação que lhes devemos dar”.

Vejamos mais algumas ocorrências:

(05) Não é à toa que ontem o Caged registrou um crescimento de quase 35 mil empregos no Brasil [**quando**, no mundo todo, o que observamos, infelizmente, é desemprego, demissão, desespero.] – 16/04/2009

(06) Hoje, o salário mínimo tem muito mais valor, principalmente se compararmos ao dólar, do que há alguns anos. Ele tem também reajustado as aposentadorias, [**quando** em outros governos ficaram congeladas durante anos]. Mais ainda: o reajuste é diferenciado do reajuste da ativa. – 28/04/2009

(07) Comprou dez vezes mais o que comprou São Paulo, pagando duas vezes mais para uma população do Rio de Janeiro, que é duas vezes e meia menor, gastando oito milhões de reais nessa licitação, [**quando** poderia ter gasto, praticando o preço de São Paulo, R\$ 1,5 milhão], portanto, R\$ 6,5 milhões foram parar no bolso de alguém. – 12/02/2009

Nesses casos, é possível uma leitura concessiva ou temporal-concessiva.

Em (05), o *quando* introduz uma concessiva no presente do indicativo; em (06), a concessiva está no pretérito perfeito do indicativo; por fim, em (07), a concessiva está no futuro do pretérito do indicativo. Nos três casos, assim como em todo o nosso *corpus*, o *quando* com valor temporal-concessivo só surge com verbos no modo indicativo, ou seja, um modo verbal que indica menor grau de compressão de orações, nos termos de Lehmann (1988).

De acordo com Traugott (2008a, p. 21-22), podemos afirmar que o *quando* com valor temporal-concessivo expressa um caso de polissemia construcional. No uso desse conectivo, convivem antigos significados (noção de temporalidade) com usos mais recentes (noção de concessividade).

Essa ambiguidade ou polissemia construcional é um pré-requisito para a gramaticalização, nas palavras de Traugott (2008a, p. 21), visto que surge um processo de reanálise estrutural. Aliás, a categoria semântica de tempo, segundo diversos autores, é a fonte privilegiada para o surgimento de conectivos concessivos (Harris, 1985, p. 76-77; Martelotta, 1998, p. 39-40; Longuin-Thomazi, 2004, p. 216; Garcia, 2004b, p. 3811).

É muito provável que o conectivo *quando*, por ser utilizado somente no modo indicativo para carrear a ideia de concessão, espelhe um uso ainda muito recente na língua, inclusive porque o modo subjuntivo, em geral, expressa normalmente maiores estágios de compressão e, portanto, de gramaticalização, conforme propõe Lehmann (1988) *apud* Gonçalves et al. (2007, p. 85).

Vejamos, agora, a expressão da concessividade por meio do conectivo *e*.

- Conectivo *e* – 6 ocorrências (1,24%)

(08) Então, agora, depois de ter silenciado diante de tudo aquilo que foi exposto, quer dizer, as vísceras do Senado expostas para a sociedade – **e** o Senado sempre mereceu uma reputação em função do próprio papel dentro dos Poderes da República – S. Exa. se manifestou. – 27/08/2009

No exemplo (08), a expressão da concessividade é veiculada de forma semelhante aos outros casos em que são recrutados outros conectivos para a veiculação desse matiz semântico. O fato de o Senado

sempre merecer “uma reputação em função do próprio papel dentro dos Poderes da República”, na situação descrita, é um fato inoperante diante de outro fato, ou seja, o de “as vísceras do Senado [estarem] expostas para a sociedade”.

Poderíamos aventar a possibilidade de considerar o *e*, nesses casos, como uma partícula de contraste ou oposição, em uma classificação propositalmente superordenada, o que abarcaria tanto as adversativas quanto as concessivas. Sem dúvida, isso seria possível. Por outro lado, optamos por considerá-lo aditivo-concessivo, justamente pelos argumentos já arrolados. Entre eles, consideramos concessivo pela possibilidade de ser comutável por outra partícula prototipicamente concessiva como *embora*, e por carrear, de fato, a ideia de contra-expectativa ou incompatibilidade, que está no cerne da concessividade.

Na literatura estrangeira, como na gramática da Real Academia Española (2010, p. 922), constatamos também a possibilidade de a conjunção aditiva *y* (*e*) perfilar um efeito de sentido concessivo. Tal fato, portanto, não é específico da língua portuguesa.

Em termos funcionais, Heine et al. (1991, p. 27-28) afirmam que a estratégia de recrutar antigas expressões e formas para novas funções é um recurso recorrente em todas as línguas do mundo.

Uma rápida incursão pela diacronia pode nos ajudar a compreender a emergência do sentido concessivo a partir do prototípico *e*. Uma linha de análise possível são as implicaturas. Parte-se, pois, de um significado único (no caso, de adição), que contextualmente ativa um ou mais significados secundários. Produz-se, em geral, um estado de ambiguidade pragmática, em que tanto o significado prototípico aditivo quanto o significado concessivo são acessados. Nesse ponto, o contexto comunicativo será o responsável por qual faceta do significado será a mais proeminente em cada caso. (cf. Cuenca; Hilferty, 1999, p. 170). O novo significado concessivo poderá convencionalizar-se, substituindo o anterior – o que consideramos pouco provável no caso do *e* – ou poderá conviver com o significado anterior, criando um caso de polissemia conjuncional.

Esse caso de polissemia conjuncional pode ser analisado no âmbito da teoria dos protótipos, em uma perspectiva de análise que considera as categorias como tendo elementos difusos. Em termos práticos, a carga de concessividade do *e* não é a noção mais “forte”, contudo, tomando emprestada a noção de gradiente, pode-se dizer que está presente subsidiariamente, anexa à de adição, que é a que sobressai. Vejamos outros exemplos:

(09) Há uma desconfiança da minha parte – ainda estou analisando, Sr. Deputado Comte Bittencourt – sobre as receitas patrimoniais do Governo do Estado. Suspeito, e por enquanto é só uma suspeição, que ali dentro dessas receitas esteja uma operação de antecipação de royalties do petróleo, no mesmo formato da que o ex-Governador Garotinho fez. – 03/03/2009

(10) Prosseguindo a fala do Deputado Comte Bittencourt e a sua explicação com relação ao empenho do Governo em fazer obras de infraestrutura, naquele momento em que foram entregues aqueles cheques aos prefeitos, naquele momento importante em que Alerj marcou uma posição fundamental, eu acho que precisávamos colocar um pouco na cabeça daquele Executivo local – [e isso não foi falado aqui ainda] – que está sendo remediada alguma coisa, está sendo dada uma “Cibalena” para uma dor de cabeça, mas que nós não temos o dom de controlar a força da natureza nem os fenômenos naturais. – 03/02/2009

Entre os conectivos que consideramos como concessivos, em Rosário (2012), certamente o *e* é o menos prototípico, visto que o sentido concessivo, na verdade, emerge naturalmente de uma conjugação de fatores ou a partir de um conjunto de elementos que circunvizinham o elemento *e*. Assim, seria possível considerá-lo como uma partícula de contraste ou oposição, visto que tanto se pode fazer dele uma leitura adversativa quanto concessiva. Optamos por agasalhá-lo em nosso estudo, porque, como já dissemos, apesar de não negarmos a possibilidade de uma leitura adversativa, é muito verossímil considerá-lo como concessivo.

Por exemplo, em (09), o segmento introduzido por *e* não tem o objetivo de apenas acrescentar informações como acontece na adição prototípica. Ao contrário, ele ocorre em uma estrutura muito semelhante às parentéticas, para introduzir uma atenuação da carga persuasiva do discurso. E concorrem para isso o uso das partículas *por enquanto* e *só*, que integram a construção concessiva. Em outras palavras, o contexto comunicativo, incluindo-se aí a seleção vocabular, é fundamental para que haja o surgimento da noção de concessividade.

Em (10) ocorre fato muito semelhante. O segmento concessivo é introduzido também pelo *e*, mas há a presença de partículas que auxiliam na ideia de contraposição ou contraste. Nesse caso específico, a contribuição advém das partículas *não* e *ainda*, que curiosamente entram na constituição de outros conectivos concessivos, como *não obstante* e *ainda que*. Essas “coincidências” certamente não se dão à toa; ao contrário, são motivadas. Afinal, o reaproveitamento de material linguístico não é aleatório.

Nossa argumentação está perfeitamente afinada com Almeida (2010, p. 57), para quem “os valores atitudinais de incerteza, dúvida e de suposição podem ocorrer a partir de outros componentes lexicais, mesmo sem emprego do modo subjuntivo”. E é exatamente o que parece ocorrer no caso do *e* com matiz concessivo. Nas seis ocorrências de nosso *corpus*, o verbo perfilado pelo conectivo está sempre no modo indicativo.

Almeida (2010, p. 234) também aponta outra informação importante quanto ao uso do modo indicativo na expressão da concessividade. Segundo a autora, esse uso está presente “sobretudo quando se veícula uma hipótese, que não se projeta no futuro”. De fato, em nossos dados, o *e* não foi usado uma única vez no futuro, com sentido concessivo.

Não devemos esquecer que no interior do leque de opções à disposição do falante/escritor, sempre haverá a possibilidade de escolhas, a fim de se atender às suas diversas necessidades comunicativas e contextuais. Isso significa que nem tudo pode ser determinado por fatores mensuráveis ou identificáveis. Ao contrário, há uma grande margem de liberdade para o locutor, dentro de seus objetivos comunicativos, selecionar o recurso que mais lhe convém.

Em termos funcionalistas, estamos falando de *camadas* (cf. Heine, 2003, p. 589). Afinal, antigas camadas de língua não necessariamente desaparecem quando novas camadas emergem. Na verdade, essas camadas podem coexistir e interagir por pequenos ou longos períodos (cf. Hopper; Traugott, 1997, p. 36). Isso explica a existência de conectivos mais centrais ao lado de outros mais periféricos em uma mesma sincronia.

## 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A gramaticalização atua, entre outros campos, na motivação para o preenchimento das necessidades comunicativas não satisfeitas pelas formas existentes, bem como na existência de conteúdos cognitivos

para os quais não existem designações linguísticas adequadas. Assim, acreditamos que essa é a força motriz para a emergência e uso de construções concessivas, bem como de outras estruturas da língua. Para satisfazer a essas necessidades, novas formas gramaticais desenvolveram-se ao lado de estruturas já existentes, organizando-se em camadas (cf. Hopper, 1991).

Com relação ao *corpus* propriamente dito, a análise dos 1275 discursos políticos proferidos na Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro no período de 02/02/2010 a 29/10/2010 possibilitou explorar um pouco mais a expressão da concessividade no português.

Os conectivos “menos clássicos”, entre eles, o *quando* e o *e*, normalmente são utilizados no indicativo. Nesse ponto, cabe uma importante observação, que contraria boa parte dos preceitos tradicionais: nas palavras de Almeida (2010, p. 10), “o modo indicativo tem invadido a área do subjuntivo”. Essa é uma importante constatação no tocante às propriedades morfossintáticas e funcionais das concessivas.

Constatamos também que nenhum gramático reconhece a possibilidade de o conectivo *e* perfilar a noção de concessividade, e apenas Almeida (2004) aborda o uso de *quando* com valor concessivo. De fato, não defendemos a ideia de que esses itens estão plenamente gramaticalizados na função de conectivos concessivos; por outro lado, a polissemia construcional que envolve esses conectivos depõe a favor da tese de que estão em vias de gramaticalização. A partícula *quando* só foi utilizada em construções com verbo no indicativo, o que reforça nossa tese de que o elemento está passando por um estágio de gramaticalização ainda muito incipiente. Além disso, a *dessemantização* ou *desbotamento semântico* do item ainda não atuaram de forma a abstratizar o sentido temporal perfilado por esse conectivo.

A generalização contextual ou expansão (cf. Traugott, 2008a; 2008b; Heine; Kuteva, 2007) produz o que Hopper (1991) chama de novas camadas. Assim, além do valor prototípico de tempo do conectivo *quando* e do valor prototípico de adição do conectivo *e*, que são matizes bastante básicos, detectamos a adjunção do matiz semântico de concessividade, em clara analogia ao que ocorreu com os outros conectivos concessivos já gramaticalizados. Em síntese, estamos diante do fenômeno de *variabilidade paradigmática* (cf. Lehmann, 1988), uma vez que o espectro da expressão da concessividade está sendo ampliado.

Tendo em vista nossa investigação, podemos comprovar nossa tese de que a concessividade é uma noção complexa, com propriedades singulares, devido à sua multifuncionalidade pragmático-discursiva e à sua configuração morfossintática. Essas construções, como vimos, podem ser estudadas sob um rico espectro de noções semânticas com grande aproximação entre si. Afinal, suas relações com outros matizes semânticos comprovam esse fato e são atestadas empiricamente.

As construções concessivas, por serem pouco gramaticalizadas, ainda estão em processo de mudança e de estabilização no sistema linguístico, especialmente as perfiladas por *e* e *quando*. Essa instabilidade, por sua vez, faz com que as suas propriedades semântico-pragmáticas, bem como funcionais, ainda estejam se delineando na estrutura da língua portuguesa. É necessário, assim, que novas pesquisas se acrescentem a esta, para que tenhamos um quadro cada vez mais atual dos fenômenos gramaticais.



## CHANGE IN THE INVENTORY OF CONCESSIVE CONNECTORS – THE CASE OF THE PARTICLES *WHEN* AND *AND*

### ABSTRACT

This paper presents an investigation on the items “quando” [when] and “e” [and], analyzed as probable novelties on the list of connectors responsible for expressing concessivity. To do so, we use theoretical and methodological assumptions of Usage Based Functional Linguistics. This analysis addresses samples of written language, which have been collected from 1275 political speeches selected from the official website of ALERJ given over the year 2009.

**KEY WORDS:** concessivity – constructions – hypotaxis – connectors.

### REFERÊNCIAS

Alárcon, I. (2003). *The polysemy of the conjunction y in Spanish proverbs*. Disponível em <http://www.indiana.edu/~iulcwp/>. Acesso em 2003.

Almeida, É. S.de. (2010). *Variação de uso do subjuntivo em estruturas subordinadas: do século XIII ao XX*. 2010. Tese (Doutorado em Letras Vernáculas) – Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

Almeida, N. M. de. (2004). *Gramática Metódica da Língua Portuguesa*. São Paulo: Saraiva.

Barreto, T. M. M.. (1999). *Gramaticalização das conjunções na história do português*. 2v. 1999. Tese (Doutorado) - Universidade Federal da Bahia, Salvador.

Bechara, E. (1954). *Estudos sobre os meios de expressão do pensamento concessivo em português*. Tese de Cátedra. Colégio Pedro II, Rio de Janeiro.

\_\_\_\_\_. (1999). *Moderna Gramática Portuguesa*. Rio de Janeiro: Lucerna.

Castilho, A. T. de. (2010). *Nova Gramática do Português Brasileiro*. São Paulo: Contexto.

Croft, W.. (2007). *Language structure in its human context: new directions for the language sciences in the twenty-first century*. Cambridge Encyclopedia of the Language Sciences, ed. Patrick Hogan. Cambridge: Cambridge University. Press. Final Draft, September.

\_\_\_\_\_. (2009). Toward a social cognitive linguistics. *New directions in cognitive linguistics*, ed. Vyvyan Evans and Stéphanie Pourcel, 395-420. Amsterdam: John Benjamins.

Cuenca, M. J.; Hilferty, J.. (1999). *Introducción a la lingüística cognitiva*. Barcelona: Ariel Lingüística S.A.

Cunha, C.; Cintra, Lindley. (2001). *Nova Gramática do Português Contemporâneo*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.

Freitas, G. de. (1960). *Gramática Portuguesa*. Francisco Alves.

- García, Á. L. (2004). Relaciones paratácticas e hipotácticas. In: BOSQUE, Ignacio; Demonte, Violeta. (Org.). *Gramática Descriptiva de la Lengua Española*. Madrid: Espasa..
- Givón, T. (2002). *Bio-linguistics: the Santa Barbara Lectures*. John Benjamins,.
- Goldberg, A.E. (1995). *Constructions: A Construction Grammar Approach to Argument Structure*. Chicago: The University of Chicago Press.
- \_\_\_\_\_. (2003). *Constructions: a new theoretical approach to language*. Trends in Cognitive Sciences, 7(5), 219-224.
- Gonçalves, S. C. L. et al. (Org.). (2007). *Introdução à Gramaticalização*. São Paulo: Parábola.
- Gouvêa, L. H. M. (2002). *Perspectivas argumentativas pela concessão em sentenças judiciais*. 2002. Tese (Doutorado em Língua Portuguesa) – Faculdade de Letras da UFRJ, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- Harris, M. Concessive clauses in English and Romance. (1985). In: Haiman, John; Thompson, Sandra A. *Clause combining in grammar and discourse*. Amsterdam: John Benjamins Publishing.
- Heine, B. Grammaticalization. (2003). In: Joseph, B.; Janda, R. (Ed.). *A handbook of historical linguistics*. [S.l.]: Blackweel.
- \_\_\_\_\_ et al.. *Grammaticalization: A conceptual framework*. (1991). Chicago: The University of Chicago Press.
- Heine, B.; Kuteva, T.. *The Genesis of Grammar: a reconstruction*. (2007). Orford: Oxford University Press.
- Henriques, C. C. (2003). *Sintaxe Portuguesa para a linguagem culta contemporânea*. Rio de Janeiro: Oficina do autor.
- Hopper, P. On some principles of grammaticalization. (1991). In: Traugott, E.; Heine, B. *Approaches to grammaticalization*. vol. 1. Amsterdam: Benjamins.
- \_\_\_\_\_; Traugott, Elisabeth. (1997). *Grammaticalization*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Kury, A. da G. (2003). *Novas lições de análise sintática*. São Paulo: Ática.
- Lima, M. P. de S. (1937). *Grammatica Expositiva da Língua Portuguesa para uso das escolas secundárias*. São Paulo: Companhia Editora Nacional.
- Lima-Hernandes, M. C. (2004). Estágios de gramaticalização da noção de tempo: processos de combinação de orações. *Veredas: Conexões de orações, Juiz de Fora*, vol. 14/15.
- Longhin-Thomazi, S. R.. (2004a). Considerações sobre gramaticalização de perífrases conjuncionais de base adverbial. *Veredas: Conexões de orações, Juiz de Fora*, vol. 14/15.
- Luft, C. P. (2000). *Moderna Gramática Brasileira*. São Paulo: Globo.

- Marín, F. M.; Ramírez, P. E. (2001). *Guía de gramática de la lengua española*. Madrid: Espasa.
- Martelotta, M. Ed. (1998). Gramaticalização e graus de vinculação sintática em cláusulas concessivas e adversativas. *Veredas*, Juiz de Fora, v. 2, n. 3,.
- Mateus, M. H. M. et al. (2003). *Gramática da Língua Portuguesa*. Lisboa: Caminho, 2003.
- Melo, Gladstone Chaves de Melo. (1978). *Gramática Fundamental da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico.
- Neves, M. H. de M. *Gramática de usos do Português*. (2000). São Paulo: UNESP.
- \_\_\_\_\_. (2006) *Texto e gramática*. São Paulo: Contexto.
- \_\_\_\_\_. (2010). *Ensino de língua e vivência da linguagem: temas em confronto*. São Paulo: Contexto.
- Quirk, R. et al. (1985). *A Comprehensive Grammar of the English Language*. [S.l.]: Longman,
- Real academia española. (2010). *Nueva gramática de la lengua española - Manual*. Madri: Espasa Libros.
- Ribeiro, E. C. [1890]. *Serões Grammaticaes ou Nova Grammatica Portugueza*. Salvador: Progresso.,
- Ribeiro, M. P. (2004). *Nova Gramática da Língua Portuguesa: uma comunicação interativa*. Rio de Janeiro: Metáfora.
- Rocha Lma, C. H. da. (1999). *Gramática Normativa da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: José Olympio.
- Rosário, I. da C. do. (2012). *Expressão da concessividade em construções do Português do Brasil*. Rio de Janeiro, Faculdade de Letras/UFRJ,. Tese de Doutorado em Língua Portuguesa, 277 p.
- Said ali, M. (1966). *Gramática Secundária da Língua Portuguesa*. São Paulo: Melhoramentos,.
- Salgado, É. (2006). *Alguns aspectos da concessão com se bem que*. *Revista Letra Magna*, vol. 4. 1º sem..
- \_\_\_\_\_. (2007). *As construções concessivas no Português Brasileiro do século XIX*. Dissertação (Mestrado em Filologia e Língua Portuguesa) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo
- Torres, A. (1973). *Moderna Gramática Expositiva*. Fundo de Cultura,.
- Traugott, E. (2008a). *All he endeavoured to prove was...?': constructional emergence from the perspective of grammaticalization..* (Texto digitado).

\_\_\_\_\_. (2008b) Grammaticalization, constructions and the incremental development of language: Suggestions from the development of degree modifiers in English. In: Regine Eckardt, Gerhardt Jäger, and Tonjes Veenstra (eds.). *Variation, Selection, Development – Probing the Evolutionary Model of Language Change*. Berlin/New York: Mouton de Gruyter, , p. 219-250.

**(FOOTNOTES)**

1. Apesar de apontarmos um somatório de 100% na tabela referente à totalidade dos dados, esse dado não é exato, visto que a porcentagem referente a cada linha da tabela representa, muitas vezes, dízimas periódicas que são simplificadas com índices que levam em conta apenas os centésimos.